

UMA PARÁBOLA COMENTADA DA RAZÃO

Cícero Antônio Cavalcante Barroso ¹

Resumo:

Este ensaio pretende dar uma pequena contribuição para o esforço de tornar mais precisa a compreensão filosófica do conceito de razão, o que é feito em dois movimentos principais. O primeiro movimento apresenta uma parábola sobre o funcionamento da razão, a saber, a estória do Rei Epoqueu e seu conselho. O efeito intencionado é de que o *modus operandi* da razão seja espelhado pela interação entre as perguntas do rei Epoqueu e os métodos adotados pelo seu conselho para emitir respostas seguras e plausíveis. O segundo movimento consiste em uma análise filosófica da parábola. Tal análise endossa a visão de que a razão é antes de tudo uma capacidade de dar e avaliar razões, e destaca os limites dessa capacidade, bem como os obstáculos ao consenso racional. A discussão culmina com uma reflexão sobre a impossibilidade intrínseca da legitimação racional da razão, e com a sugestão de que nossa confiança na razão provém de algo além da razão.

Palavras-chave: Razão. Segurança doxástica. Sentido de plausibilidade.

A COMMENTED PARABLE OF REASON

176

Abstract:

This essay aims to offer a small contribution to the effort of making the philosophical understanding of the concept of reason more precise, which is done in two main movements. The first movement presents a parable about the workings of reason, namely, the story of King Epoqueu and his council. The intended effect is for the *modus operandi* of reason to be mirrored in the interaction between King Epoqueu's questions and the methods adopted by his council to provide secure and plausible answers. The second movement consists of a philosophical analysis of the parable. This analysis endorses the view that reason is, above all, the capacity to give and evaluate reasons, and highlights the limits of this capacity, as well as the obstacles to rational consensus. The discussion culminates in a reflection on the intrinsic impossibility of rationally legitimizing reason, and a suggestion that our trust in reason stems from something beyond reason itself.

Keywords: Reason. Doxastic security. Sense of plausibility.

¹ Professor associado do Curso de Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC). ORCID: 0000-0002-1874-6121. E-mail: cicero.barroso@ufc.br.

Introdução

“Razão” é uma palavra de uso corrente na literatura filosófica. De fato, talvez não haja nenhum campo do conhecimento em que a palavra seja mais utilizada do que na Filosofia. Ao considerar isso, alguém pode justificadamente inferir que os filósofos sabem o que é a razão e que podem facilmente defini-la a quem o solicitar. Tal inferência é compreensível, mas não é correta. Na verdade, não é fácil definir o conceito de razão. Aqui temos um desses muitos casos conhecidos da comunidade filosófica em que há uma desproporção entre as tarefas de usar e definir uma palavra, sendo a primeira trivial e a segunda, no mínimo, desafiadora.

Importa notar que, nesses casos, a inexistência de uma definição explícita não impede que a palavra seja usada de um modo razoavelmente coerente. Quem está familiarizado com as *Investigações Filosóficas* sabe que esse é um ponto bastante explorado por Wittgenstein. Pode-se dizer, portanto, que carência de definição não implica carência de compreensão, e que deveríamos distinguir entre compreensão imprecisa e compreensão precisa, de modo que, quando um falante F usa um termo t sem recorrer a uma definição de t, F tem uma compreensão imprecisa de t; caso contrário, F tem uma compreensão precisa de t. Se avaliamos o uso da palavra “razão” em contextos filosóficos à luz dessa regra, concluímos que, em geral, os filósofos têm uma compreensão imprecisa do significado dessa palavra.

Ocorre que a Filosofia pode ser vista em grande parte como um esforço para transformar compreensão imprecisa em compreensão precisa, ou pelo menos para reduzir a imprecisão da compreensão que temos de certos conceitos. De fato, esse parece ter sido o intuito principal da maiêutica. Sendo assim, é por dever de ofício que nós filósofos precisamos avançar em direção a uma compreensão menos imprecisa do conceito de razão tanto quanto isso esteja em nosso poder.

Note-se que aqui há duas pressuposições. A primeira é de que a compreensão imprecisa é um contínuo cujo limite inferior é a completa obscuridade e o limite superior é a compreensão precisa. E a segunda é de que pode haver limites intransponíveis para o nosso avanço em direção à compreensão precisa. Em particular, se quisermos mais uma vez dar crédito às observações de Wittgenstein nas *Investigações*, haverá casos em que não será possível dar uma definição explícita para uma palavra, ou seja, haverá casos em que a compreensão precisa será inalcançável. Não obstante, no tocante ao caso em consideração, ainda que uma

definição explícita de “razão” seja talvez um ideal irrealizável, não há motivo para pensar que um ganho de precisão não seja possível.

Minha pretensão neste ensaio é justamente contribuir para esse ganho, ainda que a contribuição venha a se mostrar modesta. Para tanto, farei duas abordagens distintas ao conceito de razão, sendo que a segunda se apoiará na primeira, o que, acredito, me permitirá ir mais longe do que iria se fizesse uma abordagem única e mais convencional para alguém com a minha formação. A primeira abordagem tomará a forma de uma parábola. Embora esse tipo de abordagem não seja usual na tradição analítica, imagino que ela pode ser mais efetiva em projetar certa imagem da razão, uma imagem que parece subjazer ao uso que fazemos desse conceito na prosa filosófica. Se tal abordagem realmente se mostrar efetiva nesse sentido, acredito que também terá a vantagem de tornar as leitoras e leitores mais receptivos à discussão filosófica que virá em seguida. Tal discussão, por sua vez, será desenvolvida a modo de comentário da parábola, e constituirá a segunda abordagem. Seu objetivo será analisar a imagem esboçada na narrativa, explicitando traços da razão que antes eram apenas sugeridos. Uma vez que esses traços sejam explicitados, teremos uma compreensão menos imprecisa sobre a razão. De fato, creio que poderemos ter um pouco mais de clareza tanto do que a razão faz quanto do que ela não faz, e sobretudo do que ela não pode fazer.

Eis a parábola.

Uma parábola sobre a razão

O rei Epoqueu era sempre assaltado por inúmeras indagações. Consta que vivia cercado de conselheiros para aplacar suas inquietações, homens que os anos de leitura fizeram sobremaneira doutos e curvados. As questões do rei eram as mais diversas. “Por que os camponeses são servos e os fidalgos são senhores?”, “Existem dragões na lua?”, “Onde está o Sol à meia-noite?”, “É possível construir um quadrado com a mesma área de um dado círculo usando para isso apenas compasso e régua?”, “Qual a coisa mais importante da vida?”.

Com o tempo ficou claro para todos que ninguém era capaz de responder igualmente bem todas as perguntas do rei. O melhor era tratar o negócio das dúvidas reais como os artesões tratam o negócio das artes práticas. O sapateiro não precisa ser ferreiro, e tampouco o carpinteiro precisa saber tecer meias de lã. Mas cada artífice esforça-se para ser exímio na arte que lhe compete. Era assim nas artes, seria assim no ofício dos conselheiros do rei. A ideia

veio já ornada com uma proposta de classificação de questões que, depois de não poucas disputas, foi aceita e lavrada nos anais do conselho real sob o enganosamente portentoso título de “Sobre a questão das questões”.

Em breves termos, os conselheiros concordavam que a melhor forma de classificar as questões que o rei soía fazer-lhes era distinguindo-as em função do tipo de resposta que exigiam, ou, mais especificamente, em função do tipo de fundamentação que o rei esperava que essas respostas recebessem. Assim, distinguiram-se cinco categorias de questões: 1. Questões respondíveis a partir de relatos e descrições confiáveis; 2. Questões respondíveis com o auxílio de instrumentos e técnicas de aferição e verificação de dados; 3. Questões respondíveis a partir de recursos lógicos e matemáticos; 4. Questões respondíveis a partir de teorias corroboradas por dados; 5. Questões cujas respostas não admitem nenhum dos métodos de fundamentação anteriores. No mesmo registro, aparecia em breve nota de rodapé que, durante a dieta dos conselheiros, por displicência ou açodamento, fora sugerido que o quinto tipo de questão talvez devesse ser descrito apenas como: “Questões irrespondíveis”. Como se infere, essa sugestão, tomada como um motejo infeliz, foi rapidamente desconsiderada, uma vez que – a gente sábia lembrou – o rei fazia as indagações, e exigia as respostas. Dessa forma, definiram-se as questões. E para que melhor fossem respondidas, dividiram-se os conselheiros por cinco colégios que faziam frente aos cinco grupos de questões há pouco elencados. Nomeava-se o colégio dos cartógrafos para tratar das questões do primeiro tipo; o colégio dos armeiros para as questões da segunda cepa; o colégio dos construtores para as da terceira categoria; o colégio dos navegadores da terra para as questões do quarto tipo e, finalmente, o colégio dos navegadores do ar para as questões do quinto gênero. O porquê de os colégios terem recebido essas alcunhas, não se registrou.

Epoqueu fazia suas indagações e os conselheiros porfiavam para dar a melhor resposta. Não era fácil, todavia. Em primeiro lugar, a resposta tinha que ser clara e expedita, pois o rei não tolerava algaravia. Era célebre o caso do conselheiro que tentou explicar-lhe uma vez por que as estrelas piscam fazendo menção às transformações dos bólidos gélidos, monolíticos, obnóxios e onfalóides, mostrando ao final que as estrelas não existem, que existe apenas uma interminável sucessão de aparecimentos rápidos de bólidos e não-bólidos, os quais são a mesma coisa *sub specie aeternitatis*. Horrorizado com essa explicação, Epoqueu transferiu o conselheiro para o orgulhoso açougue real, onde passou a exercer o apropriado ofício da charcutaria.

Em segundo lugar, a resposta devia sempre estar apoiada em boas razões. Seria tolice dar uma resposta sem justificá-la, e obviamente nem tudo contava como justificativa válida. Por exemplo, não era considerado válido justificar uma opinião simplesmente por apontar que todo o vulgo a tem, ou que eminente sábio a tinha. O rei era muito sagaz e desconfiado e nunca abraçava uma crença apenas baseado no número dos que a têm ou na estatura dos que a tinham. Ordenava-se que os conselheiros apoiassem suas respostas em razões que, no pior dos casos, tornassem as respostas plausíveis; no melhor, certas. Dos cartógrafos, exigiam-se evidências da confiabilidade de seus relatos e descrições; dos armeiros, exigia-se informação detalhada sobre a acurácia de seus instrumentos e técnicas; dos construtores, exigiam-se demonstrações necessárias; dos navegadores da terra, exigiam-se teorias respaldadas por dados; e dos navegadores do ar, exigiam-se bons argumentos. Dessas exigências, fica claro que, em certo sentido, Epoqueu cobrava a mesma coisa de todos os seus conselheiros, a saber, respostas bem fundamentadas. No entanto, como o que conta como uma resposta bem fundamentada depende do que é indagado e, como problemas distintos requerem competências distintas, era sensato que existissem diferentes colégios de especialistas.

Em terceiro lugar, o proponente da resposta devia antever objeções. Não poderia ser de outra forma, desde que existia uma franca disputa entre os conselheiros para dar a explicação mais convincente, e, nesse afã, punham redobrado zelo em desacreditar as respostas de seus pares. Todas as disputas eram travadas diante do rei, para que, ao final, ele pudesse fazer seu juízo e decidir qual resposta era mais plausível.

Figurativamente, o conselho do rei Epoqueu era uma máquina de dar e justificar respostas. Suas alavancas eram mentes, seus pesos eram ideias, seus contrapesos eram objeções, suas engrenagens eram métodos, seu combustível eram dúvidas. Houve uma vez em que o rei indagou desse formidável engenho pensante se apenas as respostas de mecanismos que operassem dessa mesma forma seriam racionais. A resposta, apoiada em todas as ponderações e minúcias requeridas, e devidamente certificada pelo colégio dos navegadores do ar, foi unanimemente 'sim'. Epoqueu imaginou então por um momento um outro rei, monarca de um reino ignoto, assistido por um conselho com procedimentos e regras totalmente injustificadas a partir de seu próprio senso de plausibilidade. Ele pensou que, se tal rei fizesse ao seu conselho a mesma pergunta sobre a racionalidade de suas respostas, obteria dele a mesma resposta 'sim'. Logo em seu coração surgiu o desejo de saber se poderia ter alguma garantia adicional de que a resposta mais recente de seu conselho era mais segura do que a do conselho do rei imaginário.

Entrementes, após escorreita ponderação, concluiu com um estremecimento profundo que não seria sensato formular essa questão para sua admirável fábrica de respostas.

Epoqueu morreu muito tempo depois, farto de dias e de dúvidas.

“Na multidão de conselhos, há segurança”²

Se quisermos descrever de forma concisa as preocupações do rei Epoqueu, podemos dizer que elas se resumiam a duas coisas: respostas e segurança. Suas indagações evidenciam sua necessidade da primeira; a estrutura aparatosa do seu conselho demonstra sua demanda pela segunda. Não obstante, talvez seja possível sumariar de forma ainda mais drástica as preocupações de Epoqueu e postular que toda sua vida não passa de uma busca (vã?) por segurança. Com efeito, pode-se argumentar que sua busca por respostas é motivada em última análise por um desejo de caminhar com mais segurança por um mundo a princípio desconhecido. Destarte, a segurança que ele busca não é a do tipo que garante a incolumidade da sua vida e patrimônio, ou o sossego do seu reino, mas antes a segurança de saber responder as interpelações que a existência lhe apresenta. Para isso, ele precisa ter confiança em suas próprias crenças. Ele quer crenças seguras e recorre aos seus conselheiros para que lhe forneçam essa segurança. Acontece que há diferentes procedimentos que permitem aos conselheiros responder as questões do rei, e essa variedade tem relação com a natureza da questão que o rei propõe e com a própria ideia de segurança de uma crença. No que segue, gostaria de fazer duas observações sobre essa ideia de segurança, para depois voltar minha atenção para os procedimentos empregados pelo conselho real.

A primeira observação diz respeito à aparente falta de critérios objetivos para julgar se uma crença é segura. Essa impressão nasce da nossa experiência cotidiana em um mundo de informação ligeira (há pelo menos duas acepções de ‘ligeira’ que são claramente admissíveis aqui). Enquanto algumas pessoas se sentem seguras em abraçar uma nova crença mesmo quando a única coisa que a apoia são comentários e mensagens divulgadas em redes sociais, outros julgarão que a segurança comunicada à crença por esses métodos de aquisição de informação é no mínimo precária. Casos como esse certamente nos obrigam a admitir a existência de práticas justificacionais divergentes daquelas de Epoqueu. Todavia, na minha

² Provérbios 11:14 (ACF).

opinião, tais divergências não deveriam ser vistas como evidência da falta de critérios objetivos para a avaliação da segurança de uma crença. É possível que elas indiquem apenas que não empregamos esses critérios o tempo todo, e que uma pessoa os emprega tanto mais quanto mais está habituada a empregá-los.

Ora, é óbvio que uma pessoa precisa ter acesso a uma coisa antes de se habituar a ela. Portanto, se de fato somos capazes de empregar critérios objetivos para avaliar a segurança de uma crença, e mais, se há a possibilidade de nos habituarmos a empregá-los, onde eles podem ser achados em primeiro lugar? Pense novamente em Epoqueu. A parábola nos conta que ele ordenava que as respostas de seus conselheiros viessem acompanhadas de razões que as tornassem plausíveis. Se as razões cumprissem essa função, as respostas ganhariam segurança. Pois bem, esse é um ótimo exemplo de critério que nos ajuda a julgar objetivamente se uma crença é segura ou não – se a crença está fundamentada em uma boa razão, ela é segura, caso contrário, não é. E onde Epoqueu achou esse critério? Parece claro que foi em si mesmo; mais precisamente, em uma parte de seu sistema cognitivo que poderíamos chamar propriamente de ‘razão’. Se é assim, uma vez que somos todos racionais, podemos todos ter acesso a esse critério e reconhecê-lo como objetivo. Eu mesmo o reconheço, e é difícil para mim conceber como alguém poderia não o reconhecer. E o mesmo vale para outros critérios que a razão nos fornece e que nos ajudam a julgar se uma crença é segura.

Tais critérios são racionais, no sentido de serem critérios que a razão está predisposta a aplicar e reconhecer, e, uma vez que são racionais, são universais, dado que são acessíveis a todo ser humano. Todavia, é possível também que certos estados psicológicos do sujeito (a ilusão de conhecimento encabeçando a lista) e certos vícios de pensamento estorvem o trabalho que de outro modo a razão faria naturalmente. Basta pensar, por exemplo, em como é difícil julgar objetivamente a segurança de uma informação que você obteve a partir do testemunho de alguém que você ama ou admira. As divergências entre as efetivas avaliações da segurança de uma crença seriam então explicadas pelo fato de que nem sempre estamos em condições de aplicar os critérios que, em outras circunstâncias, reconheceríamos como sensatos. Não obstante, os critérios existem e são fornecidos pela própria razão.

Neste ponto, seria útil reconsiderar os métodos utilizados pelos conselheiros do rei Epoqueu para fundamentar suas respostas. Esses métodos passaram a ser utilizados porque eram os únicos que poderiam convencer o rei da plausibilidade de uma resposta. Epoqueu é de alguma forma capaz de mensurar a plausibilidade das respostas produzidas por esses métodos; é como se ele tivesse um *sentido de plausibilidade*. Ocorre que esse sentido não é uma

idiosincrasia do rei. Eu diria que também o tenho e que é ele que me faz reconhecer a sensatez dos procedimentos aplicados pelo conselho real. E esse reconhecimento é de tal magnitude que não posso imaginar outras formas de construir e sustentar as respostas que eram dadas aos variados tipos de perguntas que Epoqueu fazia. Mas isso tampouco é uma peculiaridade minha que eu imprimi no personagem da parábola. Minha convicção é de que tal *sentido de plausibilidade* é a base de todas as operações da razão, e que qualquer um que analise racionalmente o “formidável engenho” do rei reconhecerá que ele não poderia trabalhar de outra forma. Retornarei a isso em breve.

Voltando ao exame da ideia de segurança de uma crença, gostaria de fazer minha segunda observação: A segurança de uma crença vem em graus. Devo esclarecer que tenho em mente o cenário hipotético em que o sujeito dispõe de todos os recursos cognitivos necessários ao pleno usufruto da sua racionalidade, de modo que as variações nos graus de segurança da crença não têm relação com possíveis falhas no seu sistema cognitivo ou com situações que o induzam ao erro a despeito das precauções que toma. Em vez disso, essas variações são determinadas essencialmente pela natureza da crença que se quer assegurar e pelo trabalho que se fez para assegurá-la. Isso, a meu ver, pode ser depreendido da parábola.

Lá, diferentes procedimentos de justificação são requeridos dos diferentes colégios, e, podemos ponderar, esses diferentes procedimentos não comunicam segurança em igual medida aos diferentes tipos de crenças. É de se esperar que o rei estaria, *em geral*, mais seguro das respostas dos construtores do que das respostas dos navegadores da terra, e mais seguro das respostas destes do que das respostas dos navegadores do ar. Mas, além de o grau de segurança variar de acordo com a categoria da crença, é plausível supor que ele também pode variar dentro de uma mesma categoria. Lembremos que as respostas dos conselheiros são expostas e debatidas publicamente, e que cada um se empenha em argumentar contra as respostas dos outros. Com isso em mente, podemos concluir que o rei se sentirá tanto mais seguro em relação a uma crença quanto mais ela se mostrar resiliente aos ataques sofridos nesses ardorosos embates argumentativos. Esse também parece ser um critério de segurança doxástica facilmente reconhecível por todo ser racional.

A contraparte dessa possibilidade é a possibilidade de que a segurança de uma crença que vinha se mostrando resiliente seja minada ou mesmo arrasada de uma só vez por um novo argumento demolidor ou por uma nova evidência contrária. Para usar uma linguagem popperiana, aliás muito adequada a essa discussão, ao passar pelo crivo do debate, uma resposta pode ser tanto corroborada quanto falseada. Isso é claramente verdade das respostas dos

navegadores da terra, mas, se pensarmos um pouco, veremos que também é verdade das respostas típicas de outras categorias, inclusive das respostas dos construtores. Por exemplo, alguém totalmente seguro de que é uma verdade incondicional que a soma dos ângulos internos de um triângulo é 180° pode perder essa segurança ao considerar a possibilidade de um triângulo desenhado em um espaço curvo. Da mesma forma, no tocante às crenças originadas da observação, pode-se recordar que um cisne negro na Austrália realmente colocou abaixo a longa história de prestígio da crença europeia de que todo cisne é branco. As crenças fomentadas pelo colégio dos navegadores do ar, por sua vez, parecem em muitos casos ainda mais suscetíveis a objeções que podem abalar profundamente a nossa confiança nelas.

Em suma, o grau de segurança de uma crença pode tanto aumentar como diminuir. Essa flutuação para um lado ou para o outro pode ser maior ou menor dependendo do tipo de crença em questão, assim como da qualidade das razões que suportam essa crença, ou das razões que suportam a sua negação³.

Se bem entendido, é esse jogo de dar e avaliar razões que nos permite fazer a leitura mais proveitosa da parte da parábola que descreve os procedimentos empregados pelo conselho real. É tempo de fazer algumas considerações sobre essa dinâmica e, com isso, lançar um pouco mais de luz sobre o que a metáfora diz sobre o rei, o conselho e os diferentes colégios, especialmente o colégio dos que navegam pelo oceano da filosofia.

A razão e suas razões

O jogo da razão é o de dar e avaliar razões, sejam razões para acreditar em algo, sejam razões para agir de certa forma. É essa capacidade que nos torna racionais. Obviamente, nesse contexto, as palavras ‘razão’ e ‘razões’ tem sentidos diferentes. No plural, ela se refere a elementos de justificação de crenças e de ações, porém, como a nossa discussão é sobre justificação de crenças, vamos nos restringir a este âmbito. Nesse sentido, uma razão para o sujeito S acreditar na asserção p é o que poderíamos chamar de *corroborador de p* , é qualquer coisa que aumente a plausibilidade de p da perspectiva de S (uma experiência, um argumento etc.). De outra parte, temos a palavra no singular e com artigo definido. Foi para nossa compreensão imprecisa do significado dessa palavra que chamei a atenção no início deste ensaio. Aqui temos a razão no sentido daquela característica que, segundo Aristóteles, distingue

³ Na epistemologia analítica, essas razões contrárias se popularizaram com o nome de ‘defeaters’.

a espécie humana dentro do gênero dos animais. E agora proponho darmos um passo na direção de uma compreensão mais precisa deste conceito. Minha sugestão é de que deveríamos entender a razão como a nossa capacidade de dar e avaliar razões.

É assim que a razão é retratada na parábola. De fato, seja qual for a pergunta do rei Epoqueu, a condição precípua para respondê-la adequadamente é entregar uma boa razão junto com a resposta, e uma boa razão é aquela que será, por assim dizer, *plausível aos olhos do rei*. Desse modo, a imagem da razão que é pintada na parábola é decalcada a partir do jogo de dar e avaliar razões que se desenrola entre o rei e o conselho. O rei pede razões; o conselho oferece razões. O rei avalia razões; os conselheiros avaliam as razões oferecidas por seus pares. E até um conselheiro sozinho é capaz de avaliar suas próprias razões quando imagina objeções. Tudo isso são as obras da razão; é isso que a razão faz. Uma vez que se admita isso, a questão que se põe é a seguinte: como a razão realiza essas obras?

Para responder a essa questão, quero primeiramente lembrar algo que já tinha sublinhado, a saber, que Epoqueu tinha um *sentido de plausibilidade*. Ora, é esse sentido que penso constituir o cerne da razão. A razão pode dar e avaliar razões porque é capaz de mensurar plausibilidade. Tanto é que os conselheiros também recorrem a esse sentido o tempo todo. Para ver isso, é imprescindível notar que, dentro da dinâmica de trabalho do conselho, é a plausibilidade inicial da razão que ampara uma resposta que qualifica esta última para o debate. Sendo assim, ao alicerçar certa resposta sobre certa razão, um conselheiro já deve enxergar essa plausibilidade, e é isso que o fará apostar que tal razão será plausível aos olhos do rei e de seus colegas.

O problema é que essa aposta nem sempre se confirma. Mas como isso é possível? O cenário da parábola é um cenário de racionalidade plena. Uma vez que todos na estória estão no gozo perfeito de seus poderes racionais (exceção feita apenas, talvez, ao conselheiro que foi mandado a encher linguças), e se a razão nos permite detectar plausibilidade em respostas e razões, como é possível que às vezes o rei não veja plausibilidade em razões que um conselheiro estima plausíveis, ou como é possível que alguns conselheiros desafiem com seus contra-argumentos respostas que seus pares consideraram plausivelmente justificadas? Posto de uma forma mais geral: como é possível que um cenário onde todos são plenamente racionais seja um cenário em que há discordâncias, e às vezes discordâncias profundas?

Uma pista para a resposta a essa questão pode ser obtida se examinarmos as atas das reuniões dos vários colégios. Conquanto não haja nem mesmo uma palavra ociosa sobre

esses registros na parábola, podemos recorrer novamente à imaginação para proceder a esse exame. E o que eu imagino, e acredito que a maior parte dos leitores imagina também, é que as atas dos navegadores do ar registram um número imensamente maior de discordâncias. Para vermos por que isso ocorre, precisamos examinar mais de perto as peculiaridades das explicações que eles produzem. Isso, contudo, não é possível sem antes revermos as razões típicas de cada colégio.

O que a parábola nos informa é que um cartógrafo precisava fornecer evidências para seus relatos e descrições. Um armeiro precisava dar garantias de que os instrumentos e técnicas utilizados em seus experimentos eram acurados. De um construtor esperavam-se demonstrações matemáticas de suas respostas. E de um navegador da terra exigiam-se teorias corroboradas por dados. Obviamente, em todos esses casos, se a razão não é apresentada, ou se ela não fornece à resposta a plausibilidade esperada pelo rei, Epoqueu não se sentirá seguro em acreditar naquela resposta. Por outro lado, quando a razão é apresentada, o rei poderá sentir que a resposta é plausível e acreditar nela. Entretanto, mesmo nesses casos, discordâncias poderão irromper no futuro. Isso ocorre porque plausibilidade não é certeza (da mesma forma que uma casa pode ser segura sem ser inexpugnável). O que é plausivelmente verdadeiro ainda pode ser falso, e é possível que uma investigação ulterior revele isso. Esse é o principal fator que explica as discordâncias nos colégios examinados neste parágrafo.

Agora, a proliferação de discordâncias no colégio dos navegadores do ar é exacerbada até o paroxismo. Por quê? De acordo com a parábola, o que os conselheiros desse colégio têm para apoiar suas respostas são argumentos. Podemos supor que tais argumentos devem ter a seguinte forma: dado que P_1, \dots, P_n , então R , onde P_1, \dots, P_n são as premissas e a resposta R é a conclusão do argumento. Dessa maneira, a tarefa de um navegador do ar consiste em garimpar premissas que seriam plausíveis para o rei e conectá-las com a resposta (que é sua conclusão) por meio de um argumento construído de forma a comunicar a plausibilidade das premissas à resposta. Naturalmente, a tarefa é exitosa quando o argumento consegue convencer o rei de que é seguro acreditar na sua resposta. Desafortunadamente, todavia, ele encontra pelo menos dois obstáculos para a realização dessa tarefa.

Primeiro: embora seu argumento possa ter garantia lógica, as premissas do seu argumento em geral não têm. Note-se, porém, que esse obstáculo não inviabiliza seus esforços de justificação, haja vista que falta de garantia lógica não implica falta de base racional. Com efeito, as aferições do seu sentido de plausibilidade poderiam fornecer essa base. O problema é que as premissas garimpadas nem sempre serão plausíveis aos olhos do rei. O segundo

obstáculo no caminho do navegador do ar é o fato de que, em geral, ele não pode recorrer às razões a que seus pares de outros colégios recorrem. Em geral, ele não pode recorrer a evidências palpáveis, nem a observações acuradas, nem a demonstrações necessárias, nem a teorias corroboradas por experimentos na esperança de assim estabelecer a verdade de suas premissas. Normalmente, as premissas de seus argumentos refletem pressupostos que não estão no domínio das coisas que o rei pode conferir no mundo sensível. A única chance que o navegador do ar tem de convencer o rei de que é seguro acreditar na sua resposta é se Epoqueu compartilhar da sua percepção de plausibilidade das premissas. São esses obstáculos extras no trajeto do navegador do ar que aumentam suas chances de tropeçar e, conseqüentemente, de sofrer oposição ulterior.

Com tudo isso que foi dito nos dois últimos parágrafos, já é possível responder as questões que deixamos em aberto. Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que um cenário de plena racionalidade tem espaço para discordâncias porque a razão é limitada; os métodos de justificação empregados pela razão são limitados. Muitas vezes, tudo o que a razão pode fazer é apontar o caminho mais sensato diante das opções que se lhe oferecem, mas ela nunca tem diante de si todas as opções. A proeza de considerar todas as opções possíveis não é para seres meramente racionais, é para seres oniscientes. As razões apresentadas por todos os conselheiros de todos os colégios são sempre limitadas dessa forma. Uns mais, outros menos, todos correm o risco de deixar alguma coisa relevante de fora das razões que dão para uma resposta (um cisne negro, um espaço curvo, uma espiadela na lua com uma luneta), o que possibilitará uma revisão posterior.

Quando então se trata de responder as questões enfrentadas pelos navegadores do ar, o poder que a razão tem de articular uma resposta geradora de consenso é ainda mais limitado. Nesses casos, a plausibilidade que ela revela para uns é invisível para outros. A questão de por que isso acontece é extremamente interessante, mas não é meu propósito lidar com ela neste momento. Contento-me em sugerir que isso talvez guarde relação com a forte demanda da razão por coerência (de fato, outro traço definidor da razão). Talvez os pressupostos que me parecem mais plausíveis sejam tão somente aqueles mais coerentes com minha perspectiva primordial sobre o que considero fatos e valores. Outras pessoas não os acharão plausíveis simplesmente porque eles não coerem com suas perspectivas. Aqui vemos um limite da razão que é particularmente limitador para a atividade filosófica: não há como discutirmos tudo na filosofia. Para que eu discuta algo, eu preciso partir de algo, e se é assim, não há como pôr em discussão minha perspectiva primordial, ela está para sempre fora do alcance da

filosofia. É possível que essa perspectiva mude como consequência de uma discussão, de uma leitura, de uma experiência, todavia, como já disse Wittgenstein, essa mudança será semelhante a uma conversão⁴, não será fruto de um convencimento baseado nas capacidades argumentativas da razão. Por outro lado, se alguém tem uma perspectiva primordial que tem alguma interseção com a minha, a condição fundamental para o debate filosófico está dada. Em situações desse tipo, meus argumentos poderão causar algum impacto nas crenças do meu interlocutor, assim como os dele nas minhas. Partindo daí, posso explicar a segurança que sinto em relação à dada crença filosófica como uma decorrência da minha exposição a argumentos erigidos sobre pressupostos que coerem com minha perspectiva primordial sobre fatos de valores.

Por fim, cumpre considerar uma última limitação, a limitação vislumbrada ao final pelo rei Epoqueu, aquela que o fez abdicar da questão sobre a capacidade que seu conselho teria de se autolegitimar. Em certo sentido, essa é a questão crucial, e ainda assim é inútil formulá-la. Ela é crucial porque nos lembra de que o mesmo pode ser indagado da razão. Como a razão pode se autolegitimar? Tudo o que a razão tem para usar numa tarefa de justificação são seus métodos, então o que acontece se a tarefa consiste em justificar a legitimidade dos próprios métodos da razão? É óbvio que é impossível realizar essa tarefa satisfatoriamente. Foi a percepção dessa insuficiência da razão que fez Epoqueu estancar, e por um instante, sentir que as estruturas do seu reino desmoronavam. Qualquer resposta que viesse de seu conselho seria produzida pela aplicação de métodos racionais e, dessa forma, seria incapaz de dar ao rei qualquer tipo de segurança acerca da legitimidade dos métodos racionais. Se a resposta é inútil, é inútil perguntar.

E o que essa limitação da razão implica? Implica que a razão e todo empreendimento racional está essencialmente comprometido? Implica que eu não posso confiar em nenhum resultado que a razão me dá? Eu não entendo que essa implicação seja necessária. Para mim, o fracasso da razão em se autolegitimar mostra apenas que ela não pode justificar tudo. A aritmética também não pode provar sua própria consistência, e ainda assim continuamos seguros de que ela é consistente. Nosso reconhecimento da consistência da aritmética não vem dos métodos da aritmética, e, da mesma forma, nosso reconhecimento da legitimidade da razão não vem dos métodos da razão. Todavia esse reconhecimento existe e é poderoso, e nos recomenda fortemente uma vida racional. Pascal tem um aforismo famoso no qual afirma que

⁴ Cf. *On Certainty*, § 92.

“o último passo da razão é o reconhecimento de que há um número infinito de coisas que estão além dela”. Eu concordo com Pascal, mas acrescentaria que também há algo que está aquém da razão, e que, nesse sentido, a suporta. É essa rocha oculta que segura em pé o reino inteiro da razão.

Referências

PASCAL, B. **Pensées**. Dover Publications, 2018

POLLOCK, J. L. **Knowledge and Justification**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1974.

WITTGENSTEIN, L. **On Certainty**. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. 2nd edition. Blackwell Publishers, 1997.